



Conselho das Comunidades Portuguesas

ACTA DA TERCEIRA REUNIÃO PRESENCIAL DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada na Assembleia da República, nos dias 14, 15 e 16 de Maio de 2018, com a presença de 11 (onze) membros integrantes deste Conselho Permanente, indicados por cada Conselho Regional, na forma da Lei, para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** O papel institucional do CCP e a política do Governo à Diáspora. **2)** Apresentação dos relatórios de atividades 2017/2018 **3)** A política do Governo para as Comunidades Portuguesas, sob o ponto de vista do PAT/CCP. **4)** Elaboração do relatório de actividades do CP 2017/2018 **5)** Aprovação e assinatura das Actas das reuniões on-line. **6)** Diálogos acerca de temas relevantes as Comunidades. **7)** Reflexão acerca do PAT do CCP (2017/2020) e aprovação das conclusões dos trabalhos. **8)** Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Secretário do CP. Ausente o Cons. António Cunha, do CR da Europa. No primeiro dia, 14 de Maio, pelas 10h00, na Sala D. Maria II, realizou-se a Sessão de Abertura, com a presença de várias individualidades. Além dos onze integrantes do CP e da comunicação social, estiveram presentes o Emb. Julio Vilela – DGACCP, os Deputados Paulo Pisco (PS), Carlos Páscoa (PSD) e Ana Mesquita (PCP), o Dr. José de Barros (CNE), o Dr. Rui Barros (Instituto Camões) e o Dr. André Ferreira, em representação do SECP, Dr. José Luís Carneiro, cuja ausência foi justificada por estar retornando de visita oficial à Córsega. Finda esta cerimónia, seguiu-se o início dos trabalhos do CP/CCP, na Sala 10 da AR, a fim de se tratar do ponto **1)** O papel institucional do CCP e a política do Governo à Diáspora”, o Cons. Nelson Ponta-Garça questionou o facto do Estatuto do Conselheiro não ter ainda sido debatido. A Cons. Rita Santos mencionou que os Conselheiros deviam de ser informados sobre assuntos debatidos pelo SECP e as suas visitas aos países que visita, o Cons. Pedro Rupio mencionou o facto de diplomas de qualificações obtido no estrangeiro não serem reconhecidos em Portugal, o Cons. Amadeu Batel mencionou os direitos dos Conselheiros no âmbito do Estatuto dos mesmos e afirmou que os Conselho Regionais têm direito de agir nas próprias áreas sem consulta prévia ao CP, o Cons. Ângelo



Horto tratou do recenseamento eleitoral nas Comunidades e o número de votantes, o Cons. Manuel Coelho frisou que se deveria fazer o acompanhamento dos pedidos realizados pelo CP, para que haja respostas atempadas aos mesmos. Seguiram-se várias discussões acerca desses relevantes temas e às 13h00 fez-se um intervalo para o almoço. Após, reiniciaram-se os trabalhos com assento no ponto **2)** Apresentação dos Relatórios de Actividades dos Conselhos Regionais e deste CP, referentes a 2017/2018. O Cons. Manuel Coelho apresentou o relatório (circulado) do CR da África. Seguiu-se o Cons. Nelson Ponte-Graça com a apresentação do relatório (circulado) do CR da América do Norte, frisando os pontos mais salientes e atuais da realidade dessa região, mas lembrando que este CR somente se reunirá em junho. Foi depois apresentado o relatório do CR Ásia e Oceania (circulado) pela Cons. Rita Santos. O Cons. Ângelo Horto apresentou as actividades do CR da América Central e do Sul (circulado) e as conclusões da reunião anual. Fez-se uma breve pausa de quinze minutos. A seguir, o Cons. Amadeu Batel, pelo CR da Europa, apresentou um relatório (circulado) e as conclusões de sua reunião em março. Finalmente, o Cons. Flávio Martins, apresentou o relatório pelo Conselho Permanente e que será consolidado em documento a ser aprovado e assinado pelos presentes. O Cons. Paulo Marques apresentou, ainda, as actividades exercidas na Comissão de Opinião da RTP e debateram-se questões relacionadas a participação do CCP em outros Conselhos, especialmente no Conselho Económico Social e no Conselho Nacional de Educação. Às 18h30, o Presidente do CP deu por encerrados os trabalhos do primeiro dia. No dia 15 de Maio, na Sala 10, pelas 09h30 a reunião foi retomada e, de início, o Cons. Flávio Martins, regista que falou com o Cons. António Cunha e que o mesmo não está presente por motivos de saúde, por ter sofrido um mal súbito no domingo que o impede de viajar e estar em Lisboa, justificando sua ausência. Passando-se ao ponto **3)** A política do Governo para as Comunidades Portuguesas. Foram apresentadas algumas questões analisadas e, após vários comentários e diversas opiniões, ficou decidido que



este ponto seria mais debatido com a Comissão Parlamentar na reunião agendada para a parte da tarde. No ponto 4) Apresentação e discussão do Relatório de Actividades do CP 2017/18, o Cons. Flávio Martins, reiterou que as atividades seguem o Plano de Acção Trienal aprovado ano passado e, assim, houve a análise de uma minuta desse relatório, que consolidou os seguintes temas:

- a) Participação Cívica e Política, debatendo-se o recenseamento automático e as várias formas de votação;
- b) Regulamentação da Lei da Aquisição da Nacionalidade ;
- c) Ampliação da validade do Cartão de Cidadão e do Passaporte;
- d) Fortalecimento da estrutura do CCP e a participação em outros Conselhos.

Os Conselheiros também trataram do registo portal do CCP, feito pelo Cons. Nelson Ponta-Garça e o domínio na Internet ficou como www.conselhocomunidades.pt. Optou-se por fazer a redação final desse relatório ao final deste dia e às 13h00 fez-se um intervalo para o almoço. Após, o CP reuniu-se com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 07 da AR, a qual foi presidida pelo Deputado Carlos Gonçalves, que após ter dados as boas vindas a todos, deu a palavra ao Presidente do CP, que apresentou as seguintes questões: a) Revisão da Lei 66-A, b) Recenseamento automático e formas de votação, c) Lei da Aquisição da Nacionalidade Portuguesa, d) Atendimento nos postos consulares, e) Formalização de actos eleitorais. O Deputado do PSD – José Cesario, afirmou que o voto eletrónico pode ser uma realidade no futuro, mas só para eleições para a AR. O Deputado Carlos Páscoa (PSD) tratou da modificação à Lei de Aquisição da Nacionalidade e informou que, segundo o Governo, até aos 14 anos será dispensada a demonstração de efetivo vínculo à Comunidade Portuguesa. O Deputado Paulo Pisco (PS) congratulou-se pelo Recenseamento Automático, enquanto o Deputado Pedro Soares (BE) pronunciou-se quanto ao porte pago para votos postais, tratamento isonómico aos cidadãos portugueses, enquanto o Deputado Magalhães, referiu que no dia 26 Maio, o Parlamento iria tomar uma decisão acerca do recenseamento e das formas de votação nas Comunidades. A Deputada Carla Cruz (PCP), frisou a



falta de financiamentos para as Comunidades Portuguesas. O Cons. Amadeu Batel mencionou a falta de diálogo nas questões de educação e de políticas globais. A Cons. Maria de Lurdes pronunciou-se sobre o não funcionamento do voto postal, enquanto o Presidente do CP afirmou a importância da autonomia do CP/CCP dizendo que "queremos ser ouvidos". Após esta reunião, encerrada às 15h30, o CP assistiu, na Sala 6 da AR, a parte de uma reunião da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas com o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, seguindo depois para a Sala 10 a fim de continuar os trabalhos. Procedeu-se, então, a votação de alterações finais ao Relatório de Actividades do CP - 2017/2018, documento que foi aprovado para ser amplamente divulgado, após ser assinado por todos os presentes. Os trabalhos deste dia foram encerrados às 19h00. No seguinte dia, 16 de maio os trabalhos iniciaram-se às 09h00, na sala 10 da AR, com o ponto **5)** Aprovação das Actas das reuniões on-line do CP realizadas durante o ano. As Actas estavam todas aprovadas e assinadas, salvo a última, que deverá ser aprovada e assinada posteriormente. Neste momento, o Cons. Paulo Marques, justifica que precisará deixar a reunião e retornará a Paris, por questões conta de suas atividades profissionais; todavia, antes de sair, quis agradecer a todos, elogiando o trabalho feito pelos Conselheiros do CP/CCP. Passando-se ao ponto **6)** Dialogo acerca de temas relevantes às Comunidades, foram levantados e debatidos vários pontos, inclusive a situação emergencial da Comunidade Portuguesa na Venezuela. Segue-se o ponto **7)** Reflexão e debate sobre o Plano de Acção Trienal do CCP 2017/20 e a aprovação das conclusões do documento final a apresentar ao SECP. Às 13h00 a reunião foi suspensa para o almoço. Às 14h30, a reunião foi retomada e tratou-se do ponto **8)** Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Secretário. O Presidente agradeceu pelo trabalho exercido por todos os Conselheiros durante o passado ano e passou-se à eleição da mesa diretiva do CP para o mandato 2018/2019. Em discussão, foi apresentada proposta para o Cons. Nelson Ponta-Garça



tornar-se presidente do CP, haja vista que este será seu último ano nas Comunidades pois passará a viver nos Açores ao final de 2018 e o Cons. Flávio Martins ficando na Vice-Presidência. Entretanto, os Conselheiros Rita Santos e Ângelo Horto apresentam outra proposta que é a da continuidade da actual mesa. Após algumas intervenções, o Cons. Flávio Martins suspende a reunião por alguns minutos. Na volta, informa que a proposta dos Cons. Rita Santos e Ângelo Horto será a única encaminhada, caso não haja outra proposta. O Cons. Amadeu Batel, manifesta-se pela alternância dos membros da mesa directora, assim como está nas conclusões do CR da Europa e afirma que algum membro do CR da Europa deveria integrar a mesa directora, por entender que é isso o que indica a leitura da Lei 66-A que regulamenta o CCP. Passando-se à votação, a actual mesa directora foi reeleita, por maioria, com o seguinte resultado: 8 (oito) votos a favor e 2 (dois) contra dos conselheiros presentes. Seguiu-se, então, uma reunião reservada com o Sr. SECP, na qual foi-lhe apresentado o Relatório das Actividades do CP/CCP 2017/18. Foram ainda apresentadas ao Sr. SECP as seguintes propostas e sugestões do CP/CCP: reabilitar o passado documental (arquivos, registos etc.) para ser incorporado no nosso novo site (www.conselhocomunidades.pt) e verbas para o mesmo; a revisão da Lei 66-A; na participação cívica concordamos com o recenseamento automático e o porte pago nos boletins de votos eleitorais postais; queremos saber como serão as formas de votação, a formalização dos atos eleitorais e a maior divulgação dos atos eleitorais; reiteramos o necessário melhoramento do atendimento nos postos consulares; reiteramos a simplificação da Lei da Nacionalidade Portuguesa; no âmbito da Língua e da Cultura, concordamos com a revogação das propinas no EPE e queremos um esforço contra os atrasos na entrega de material escolar; no âmbito Social e Económico, solicitamos estudo para melhorias no tratamento da questão do representante fiscal em Portugal e a anulação de qualquer bitributação do residente no estrangeiro; tratamos, ainda, da necessidade de um estudo acerca da equivalência de certificados e diplomas obtidos no



estrangeiro; e do apoio social aos que estão em situação de vulnerabilidade na Venezuela e demais Comunidades. Por sua vez o SECP, Dr. José Luís Carneiro, apresentou um extenso relatório com vários aspectos e informações como, por exemplo, a avaliação e o aperfeiçoamento da regulamentação do CCP e dos Conselheiros, o aumento das transferências dos Emigrantes, diminuição do IRS para servidores nos postos consulares, a reestruturação dos Postos Consulares, a procura pela aprendizagem da Língua Portuguesa no estrangeiro, os atrasos nos processos de aplicações para a naturalidade portuguesa e a determinação da Secretária de Estado da Justiça acerca da não exigência de comprovação de efetiva ligação à Comunidade Portuguesa pelo neto de português/a que tenha até 14 anos de idade. Por fim, após algumas breves intervenções, não se teve tempo para os Conselheiros e Conselheiras do CP/CCP debaterem e apresentarem o contraditório, infelizmente. Logo a seguir, por conta do horário, passou-se à reunião pública de encerramento, pelo Sr. SECP. Nada mais havendo a tratar, encerraram-se os trabalhos em Lisboa, sendo esta Acta cópia fiel do realizado e, após aprovação dos membros do CP/CCP, será devidamente assinada pelo Presidente e pelo Secretário, conforme o Regulamento Interno.